



Ministério das Comunicações Agência Nacional de Telecomunicações

CONCURSO PÚBLICO

CURSO DE FORMAÇÃO

Cargo: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES (todas as áreas)

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Em seguida, verifique se este caderno de prova contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Só a sabedoria pode dar paz ao homem.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I 30/4/2012, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 1.º e 2/5/2012 – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 9/5/2012 – Resultados finais do curso de formação e do concurso: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

FORMAÇÃO GERAL

Considerando a experiência histórica vivida pelo Brasil nas últimas décadas e os aspectos relativos ao processo de desestatização que o país conheceu nesse período, julgue os itens seguintes.

- 1 No Brasil, o processo de privatização de empresas estatais iniciou-se no regime militar, particularmente durante os governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo.
- 2 Na Ásia, na África e na América Latina, a desestatização aconteceu à revelia de importantes organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que temiam pela saída do Estado da condução de atividades econômicas estratégicas.
- 3 No Brasil, a presença do Estado como indutor do desenvolvimento foi marcante no contexto de consolidação da sociedade urbano-industrial, processo que, iniciado na Era Vargas, expandiu-se consideravelmente após a Segunda Guerra Mundial.
- 4 Diversas razões impediram que, no Brasil, o processo de desestatização, fortemente impulsionado a partir de 1995 pelo governo federal, envolvesse empresas estaduais.
- 5 O processo de desestatização tornou-se fenômeno de dimensão mundial a partir dos anos 80 do século XX e foi, em especial, característica marcante do final do século.

Considerando o processo de reestruturação do Estado brasileiro, no qual a desestatização desempenha importante papel, julgue os itens subsequentes.

- 6 As privatizações conduzidas pelo Estado brasileiro integram um quadro mais amplo no qual se alteram as concepções sobre o Estado e seu papel na economia: de executor ele passa a regulador.
- 7 Um dos maiores leilões de privatização da história do Brasil foi a venda — que gerou uma arrecadação em torno de 22 bilhões de reais — das doze *holdings* criadas a partir da cisão do sistema TELEBRÁS.
- 8 As más condições financeiras vigentes na zona do euro impossibilitaram a participação de empresas europeias no processo de privatização da telefonia no Brasil.

Considerando a retrospectiva histórica das telecomunicações no Brasil, bem como o arcabouço legal referente ao setor, julgue os itens subsequentes.

- 9 Foi por meio de emenda constitucional que o Congresso Nacional permitiu outorgas ao capital privado para a exploração de qualquer tipo de serviço de telecomunicações, e não apenas para os serviços de radiodifusão.
- 10 Até o início dos anos 60 do século XX, as telecomunicações brasileiras caracterizavam-se por serviços concentrados no centro-leste do país, ligações telefônicas interurbanas precárias e comunicações internacionais muito aquém das necessidades do país.
- 11 Foi no regime militar que o poder de outorgar concessões no setor das telecomunicações superou o quadro de fragmentação que o caracterizava, tendo sido concentrado, a partir de então, na União.
- 12 A lei que criou a TELEBRÁS proibiu, explicitamente, que a nova estatal tivesse acesso aos recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações.

Considerando o marco legal que criou a ANATEL, no bojo das reformas que buscaram reconfigurar o Estado brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 13 Entre as competências atribuídas à ANATEL não se inclui a edição de atos de outorga, prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional.
- 14 Compete à ANATEL administrar o espectro de radiofrequências e o uso de satélites de telecomunicações, expedindo a regulamentação associada, editando os correspondentes atos de outorga e fiscalizando a sua exploração.
- 15 Na condição de autoridade administrativa independente, a ANATEL não integra a administração federal, direta ou indireta, nem a ela se vincula.
- 16 Diferentemente das demais agências reguladoras, a ANATEL não dispõe de autonomia legal para editar normas disciplinadoras ou outros atos administrativos em matéria do seu campo de atuação.

No que se refere aos procedimentos e princípios administrativos e aos direitos dos administrados, julgue os itens a seguir.

- 17 Exige-se decisão explícita da ANATEL nos procedimentos administrativos, solicitações e denúncias cuja matéria seja de sua competência, mas não nas reclamações.
- 18 Os documentos apresentados pelo administrado no curso do procedimento administrativo devem ser objeto de consideração pelo órgão competente.
- 19 Se, durante a instrução de determinado procedimento administrativo, uma das partes solicitar vista do respectivo auto, sua solicitação deverá ser atendida se não prejudicar o curso do processo.
- 20 As associações representativas são legitimadas como interessadas em procedimentos administrativos referentes a direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos de seus associados.
- 21 A extinção de procedimento administrativo instaurado pela administração depende de prévia notificação do interessado, o qual terá prazo para apresentar suas razões.

A respeito da atuação da procuradoria especializada da ANATEL, das limitações da atuação do servidor e da audiência pública, julgue os itens seguintes.

- 22 O agente ou autoridade administrativa estará impedido de atuar em processo administrativo cujo perito seja seu primo.
- 23 Em caso de arguição de suspeição de determinado conselheiro em processo administrativo, o Conselho Diretor estará obrigado a afastá-lo, devendo substituí-lo no referido processo.
- 24 A biblioteca da ANATEL deve publicar instrumento convocatório, com pelo menos cinco dias de antecedência da data da realização de audiência pública.
- 25 A procuradoria especializada da ANATEL deve ser ouvida em procedimento de arbitragem.

No que concerne a chamamento público, atos administrativos e procedimento de mediação, julgue os itens subsequentes.

- 26 Para a instauração do procedimento de mediação, aplicável especificamente à solução de pendências relativas ao reconhecimento ou atribuição de direitos que envolvam mais de um interessado, é necessário que os interessados estejam de acordo e apresentem a pretensão por escrito.
- 27 É obrigatório o reconhecimento de firma em todos os documentos apresentados à ANATEL.

Com relação ao Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO), julgue os próximos itens.

- 28 É vedado, em qualquer circunstância, o anonimato em denúncias ou reclamações enviadas à ANATEL referentes à violação da ordem jurídica em matéria de competência da agência.
- 29 Se a demonstração de indício ou comprovação de fatos denunciados der causa à instauração de um PADO, o denunciante não será parte no procedimento, mas deverá ser cientificado do seu resultado.
- 30 O PADO, cujo objetivo é averiguar o descumprimento de obrigações por parte das prestadoras de serviço, pode ser realizado por requerimento de terceiros, mediante denúncia ou de ofício.
- 31 No PADO, é vedada a juntada de novos documentos após as fases de apresentação da defesa e da produção de provas.
- 32 Apenas de ofício pode ser revisto o PADO do qual resultar sanção ao administrado e, para que a revisão ocorra, é necessário terem surgido circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

FORMAÇÃO ESPECÍFICA

À luz da legislação aplicável à outorga dos serviços de telecomunicações, julgue os itens subsequentes. Nesse sentido, considere que a sigla LGT, sempre que utilizada, refere-se à Lei Geral de Telecomunicações — Lei n.º 9.472/1997.

- 33 A LGT classifica os serviços de telecomunicações, no que diz respeito à abrangência, em serviços de interesse coletivo e serviços de interesse privado.
- 34 De acordo com a LGT, os serviços de telecomunicações em regime público devem ser prestados mediante concessão ou autorização, respeitado o devido procedimento licitatório.
- 35 A atividade de telecomunicações, ainda que restrita aos limites de uma propriedade móvel, depende de permissão concedida pela ANATEL, que deve zelar pela não interferência entre sistemas de telecomunicações vizinhos.

A outorga dos serviços de telecomunicações é realizada por concessão, permissão ou autorização. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 36 Diferentemente da concessão, a permissão de serviço de telecomunicações é outorgada para o atendimento de situação excepcional que comprometa o funcionamento do serviço.
- 37 A LGT exclui da jurisdição da ANATEL a outorga dos serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens.
- 38 A concessão de serviço de telecomunicações é feita a título oneroso, remunerando-se a concessionária pela cobrança de tarifas dos usuários, permitidas outras receitas alternativas.
- 39 As Forças Armadas, no uso das faixas de radiofrequências destinadas a fins exclusivamente militares, submetem-se à prévia autorização da ANATEL.

Tendo em vista que, de acordo com o art. 79 da LGT: “A Agência regulará as obrigações de universalização e de continuidade atribuídas às prestadoras de serviço no regime público”, julgue os itens subsequentes, referentes às mencionadas obrigações.

- 40 Os recursos complementares para cobrir custos do cumprimento das obrigações de universalização de prestadora de serviço de telecomunicações que não puderem ser recuperados com a exploração eficiente do serviço poderão provir do orçamento dos municípios.
- 41 As obrigações de continuidade objetivam possibilitar aos usuários a fruição dos serviços, de forma ininterrupta, sem paralisações, os quais devem estar à disposição dos usuários, em condições adequadas de uso.

Julgue os itens que se seguem, referentes ao Plano de Metas para Universalização (PGMU) do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e à evolução das metas de universalização.

- 42 Do total de telefones de uso público instalados em determinada localidade, no mínimo 65% devem estar em locais acessíveis ao público vinte e quatro horas por dia.
- 43 O sistema “FIQUE LIGADO! Orelhões Aqui” permite a visualização de informações georreferenciadas de cada telefone público, ou “orelhão”, inclusive quanto a seu estado de funcionamento.
- 44 As concessionárias devem atender às solicitações de acesso individual sem distinção ou priorização de qualquer espécie, de forma a respeitar o princípio constitucional da igualdade.
- 45 Em relação às metas de acessos coletivos, o PGMU estabelece que as concessionárias devem ativar telefones de uso público respeitando a densidade de telefones de uso público/1.000 habitantes.
- 46 Segundo o PGMU, todos os telefones de uso público devam estar adaptados às pessoas com deficiência visual, nos termos da regulamentação.

Julgue os itens a seguir, acerca do serviço universal e do acesso universal.

- 47 As metas de serviço universal e de acesso universal destinam-se, principalmente, às zonas rurais ou urbanas nas quais a prestação de serviços de telecomunicação não é viável economicamente.
- 48 As características principais do serviço universal e do acesso universal são disponibilidade, acessibilidade e acessibilidade financeira.

Com relação às lacunas de mercado e às políticas de serviço universal e acesso universal, julgue os próximos itens. Nesse sentido, considere que a sigla FUST, sempre que utilizada, refere-se ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

- 49 A licitação da terceira geração do Serviço Móvel Pessoal adotou a estratégia de associar áreas mais rentáveis com regiões de menor renda e, conseqüentemente, menor rentabilidade, buscando-se superar a lacuna real de acesso.
- 50 O primeiro Plano de Metas de Universalização contemplou o atendimento de instituições de assistência às pessoas com deficiência visual, fornecendo acessos individuais ao STFC.
- 51 Conforme a Lei do FUST, compete à ANATEL a formulação de políticas e diretrizes gerais que orientarão a aplicação dos recursos do fundo.
- 52 A lacuna de acesso é formada por três zonas distintas: a lacuna de eficiência do mercado, a lacuna de subsídio inteligente e a lacuna real de acesso. Visando ao acesso e ao serviço universais, é necessário um conjunto de políticas específicas para cada um desses três tipos de lacunas.
- 53 O valor da contribuição ao FUST corresponde a 1% sobre a receita operacional bruta decorrente de prestação de serviços de telecomunicações, excluídos dessa receita o ICMS e o PIS, mas não a COFINS.

Acerca das atividades de fiscalização da ANATEL, julgue os itens que se seguem.

- 54 Uma das ações que deve ser realizada em uma atividade de fiscalização de uma entidade não outorgada de telecomunicações ou de radiodifusão é a interrupção do funcionamento da estação.
- 55 Com relação à certificação e à homologação de equipamentos, a fiscalização da ANATEL deve restringir-se a produtos em operação, sem abranger, portanto, os produtos colocados à venda, que são objeto de fiscalização de outra agência reguladora.
- 56 Considere que, em uma atividade de fiscalização, um agente de fiscalização constate o uso de equipamentos e materiais não certificados ou homologados pela ANATEL. Nessa situação, o agente deve interromper o funcionamento desses equipamentos e materiais e lacrá-los ou apreendê-los, exceto no caso de serviços de interesse coletivo, em que o agente deverá entrar em contato com seu superior hierárquico, que decidirá o procedimento a ser adotado.
- 57 O atendimento aos limites de exposição, ocupacional e da população em geral, a campos elétricos e eletromagnéticos estabelecidos em legislação pertinente não se encontra no âmbito da fiscalização de uso do espectro de radiofrequências e dos recursos de órbita, a cargo da ANATEL, sendo a fiscalização desse aspecto função da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- 58 Durante a execução de ações de fiscalização em entidades outorgadas e não outorgadas, é obrigatória a identificação do agente de fiscalização, mas o uso do colete é facultativo.

Com relação aos sistemas de monitoramento da ANATEL e à fiscalização de serviços de radiodifusão, julgue os itens subsequentes.

- 59 O Sistema de Monitoragem do Espectro é composto por cinco centros regionais, vinte e sete estações fixas e vinte estações móveis. Como o sistema é descentralizado, não há um centro nacional de monitoragem.
- 60 As estações fixas ERM 1 apresentam capacidade para medição na faixa de 9 kHz a 300 kHz e, para goniometria, na faixa de 9 kHz a 3 GHz.
- 61 O gerenciamento do espectro visa maximizar a eficiência da utilização do espectro e minimizar as interferências prejudiciais entre serviços de radiocomunicação.

A respeito das atividades associadas ao Sistema de Monitoragem do Espectro, julgue os itens seguintes.

- 62 De acordo com a LGT, cabe à ANATEL a fiscalização dos aspectos técnicos dos serviços de radiodifusão, bem como do conteúdo das transmissões de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- 63 Em uma atividade de avaliação de parâmetros técnicos, cabe ao agente, entre outras tarefas, avaliar a intensidade de campo e o índice de modulação, quando se aplicar.
- 64 O sistema de radiogoniometria possibilita que se localize a fonte de uma radiação eletromagnética que esteja causando interferência em serviços de radiocomunicação licenciados.

Com relação a radiointerferência, julgue os itens a seguir.

- 65 É função da ANATEL avaliar reclamações que relatem a interferência de máquinas industriais em televisão, e, dependendo das condições de recepção encontradas, notificar o interferente para que corrija o problema.
- 66 Considere que determinado hospital apresente uma reclamação individual, alegando que uma estação de rádio licenciada está interferindo em várias unidades de determinado modelo de equipamento médico usado em suas instalações. Nessa situação, se a ocorrência da interferência for verdadeira, a reclamação será procedente.

No que se refere à proteção da ordem econômica, julgue os itens subsequentes.

- 67 Em nível mundial, há, atualmente, consenso no que concerne à necessidade de relacionamento entre os órgãos reguladores e os de defesa da concorrência. Esse consenso se reflete no fato de a estrutura dos órgãos brasileiros, estadunidenses e dos principais países europeus ser praticamente a mesma.
- 68 Historicamente, no Brasil, a quebra de monopólios estatais vem sendo acompanhada da criação de órgãos reguladores, como a ANATEL, dos setores de prestação de serviços públicos.

A respeito de concorrência, julgue os próximos itens.

- 69 Na Constituição Federal, os termos livre iniciativa e livre concorrência não têm o mesmo significado. Conforme o texto constitucional, a livre concorrência deve ser respeitada pela livre iniciativa, ou seja, só há permissão para a livre iniciativa se esta proporcionar e permitir a livre concorrência.
- 70 O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência — composto pela Secretaria de Direito Econômico, pela Secretaria de Acompanhamento Econômico e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica — é responsável pela promoção de uma economia competitiva, por meio da prevenção e da repressão de ações que possam limitar ou prejudicar a livre concorrência no Brasil.
- 71 O Termo de Compromisso de Cessação de Conduta, um dos instrumentos da ANATEL para atuar na defesa da concorrência, é adequado à realização, pela ANATEL, de acordo com empresas que, supostamente, estariam causando dano à concorrência por meio de práticas anticompetitivas.
- 72 O Acordo de Leniência é instrumento utilizado pela ANATEL na atuação em defesa da concorrência. Mediante esse acordo, o leniente, pessoa que fez parte de um conluio, entrega à agência provas suficientes para que a combinação seja descoberta, ficando, em troca, excluído do processo e recebendo a prerrogativa de não cumprir, pelo período de um ano, os requisitos previstos na Lei de Concorrência.
- 73 Os possíveis benefícios da concorrência incluem diminuição dos preços ao consumidor, aumento das oportunidades de emprego e melhoria da qualidade dos bens.

Acerca dos aspectos jurídicos da concessão de serviços de telecomunicações, julgue os itens que se seguem.

- 74 Os serviços de telecomunicações de interesse restrito podem ser prestados em qualquer dos regimes, público ou privado.
- 75 O serviço de telecomunicações de interesse coletivo é aquele cuja prestação deve ser proporcionada pela prestadora a qualquer interessado na sua fruição, em condições não discriminatórias, observados os requisitos da regulamentação.
- 76 Quanto à organização dos serviços no âmbito da estrutura administrativa do Estado, a concessão de serviços públicos é classificada como forma de desconcentração administrativa por serviços.
- 77 O regime jurídico estabelecido pela LGT, no que se refere às concessões de serviços públicos de telecomunicações, é derogatório do regime geral de concessões estabelecido pelas Leis n.º 8.666/1993, n.º 8.987/1995 e n.º 9.074/1995.

Julgue os itens seguintes, relativos à política tributária do setor de telecomunicações.

- 78 O Fundo de Fiscalização das Telecomunicações é composto de taxas oriundas do exercício do poder de polícia da ANATEL e visa à cobertura dos custos dessa agência reguladora.
- 79 Segundo expressa previsão constitucional, nenhum imposto poderá incidir sobre operações relativas a serviços de telecomunicações.
- 80 A base de cálculo do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações é de 5% sobre a receita líquida das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações no regime público.